REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310

HISTÓRIA DA AMÉRICA E HISTÓRIA DO BRASIL NO ENSINO BÁSICO DO CONE SUL: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DE PROPOSTAS CURRRICULARES E IMAGENS EM LIVROS DIDÁTICOS

HISTORY OF AMERICA AND HISTORY OF BRAZIL IN PRIMARY EDUCATION IN THE SOUTHERN CONE: A PERSPECTIVE FROM CURRICULAR PROPOSALS AND IMAGES IN TEXTBOOKS

HISTORIA AMERICANA E HISTORIA BRASILEÑA EN LA ENSEÑANZA BÁSICA DEL CONO SUR: UNA PERSPECTIVA A PARTIR DE LAS PROPUESTAS CURRICULARES Y DE LAS IMÁGENES EN LOS LIBROS DE TEXTO

Heloisa Selma Fernandes Capel
Universidade Federal de Goiás
heloisacapel@ufg.br

Juan Carlos Contreras
Universidade Federal de Goiás
juancontreras73@hotmail.com

Resumo

A partir de análises de material textual e visual, o artigo trata da presença dos temas História da América e História do Brasil em livros didáticos elaborados para o ensino básico na América Latina, aqui compreendida como a porção ibero-americana do Cone Sul do continente. Avalia as mudanças do ensino de história na legislação desses países e seus impactos no cenário educacional. Ao considerar os componentes curriculares correspondentes a cada período e alguns materiais didáticos, discute, especialmente, como a história do Brasil é tratada pelo bloco de países de língua hispânica. De maneira geral, identifica que há ausências e desconhecimento da história brasileira em instruções normativas e instrutivas nos países de lingua espanhola, mas que a situação vem se modificando com a adoção de abordagens mais críticas, que valorizam o conhecimento em perspectivas não apenas europeias, mas que estimulam o diálogo entre os países do sul.

Palavras-chave: história latino-americana; história brasileira; livros didáticos; currículo; imagens.

Abstract

Based on analyzes of textual and visual material, the text deals with the presence of themes History of America and History of Brazil in teaching materials designed for basic education in Latin America, understood here as the Ibero-American portion of the Southern Cone of the continent. Evaluates the changes in history teaching in the legislation of these countries and their impacts on the educational scenario. When considering the components curriculum corresponding to each period and some teaching materials, discusses, especially, how the history of Brazil is treated by the bloc of Spanish-speaking countries. In general, it identifies that there are absences and lack of knowledge of the brazilian history in curricular and teaching materials in spanish speaking countries, but that the situation has been changing with the adoption of more criticism, which values knowledge from perspectives that are not only european, but also stimulate dialogue between Southern countries.

Keywords: Ibero-American history; Brazilian history; Didatic books; curriculum; images.

Resumen

A partir del análisis de material textual y visual, el artículo aborda la presencia de los temas Historia de América e Historia de Brasil en los libros de texto producidos para la enseñanza básica en América Latina, entendida aquí como la porción iberoamericana del Cono Sur del continente. Evalúa los cambios en la enseñanza de la Historia en la legislación de estos países y su impacto en el escenario educativo. Al considerar los componentes curriculares correspondientes a cada período y algunos materiales didácticos, discute, en particular, cómo la historia de Brasil es tratada por el bloque de países hispanohablantes. En general, identifica que hay ausencia y desconocimiento de la historia brasileña en las instrucciones normativas e instructivas de los países hispanohablantes, pero que la situación está cambiando con la adopción de enfoques más críticos, que valoran el conocimiento desde perspectivas no sólo europeas, sino que fomentan el diálogo entre los países del Sur.

Palabras clave: historia latinoamericana; historia brasileña; libros de texto; currículo; imágenes.

Se tomarmos como base as experiências nas salas de aula de estágio da graduação em História da Universidade Federal de Goiás, observaremos que há uma referência constante à história latino-americana no ensino básico, especialmente dos períodos colonial e do século XIX. São referências que apontam para a particularidade brasileira em relação ao resto dos países vizinhos, uma particularidade baseada na cultura e especialmente na história política. Ao mesmo tempo, há um reconhecimento de culpa por parte de estudantes e professores brasileiros sobre a sua ignorância sobre muitas questões latino-americanas, limitações justificadas pelas barreiras linguísticas ou mesmo pela visão eurocêntrica dos estudos empreendidos em seus processos de formação.

Todavia, a suposta falta de conhecimento de professores em formação e estudantes da educação básica brasileiros sobre a história da América Latina parece um tanto diminuída, se comparada com o desconhecimento e pouco espaço dado ao estudo dos países da América Latina em relação ao Brasil em documentos curriculares e em materiais instrucionais como livros didáticos. Sendo o Brasil geográfica, política e economicamente significativo na América do Sul, o resto da América Latina vive de costas para o vizinho, sofrendo da mesma doença do Euro/*primeiromundismo*. Foram considerações que resultaram das experiências vivenciadas por meio do encontro dos autores, uma professora brasileira e um historiador venezuelano que, juntos, ao observarem conteúdos de história da América oferecidos a brasileiros, decidiram realizar uma reflexão que diagnosticasse a presença/ausência do Brasil e seus países vizinhos em estudos oferecidos para a educação básica em espaços educacionais ibero-americanos.

Nos estudos brasileiros, a história latino-americana tem sido utilizada como um espelho no qual políticos e historiadores brasileiros do século XIX e também do presente têm destacado aspectos que permitam aproximar e diferenciar processos da América hispânica e da história brasileira, evidenciando pontos de convergência histórica e diferenças. Quais perspectivas influenciam tais estudos? A primeira: as diferenças entre a colonização espanhola e portuguesa, resultando na ideia de atraso premeditado da coroa portuguesa nos seus territórios coloniais, incluindo o Brasil, do ponto de vista cultural. Tal política se evidenciou na ausência de formação de centros superiores de formação, por exemplo. Outro elemento recorrente, desta vez positivo para o Brasil, está relacionado à unidade política e territorial após a Independência. Este é um elemento instrutivo muito utilizado nos estudos comparativos para o século XIX, como justificação da monarquia de Bragança. Atores políticos da época e também historiadores contemporâneos destacam a “paz” e a unidade nacional brasileira em comparação com a guerra e a fragmentação que ocorreram no resto da América Latina. Há, ainda, motivos que parecem se originar de uma perspectiva de que no Brasil, “não havia grandes civilizações indígenas”, ou mesmo, que, diferente de outros países latinos, que se consideram mais europeizados, o Brasil “possuía vocação mestiça”, frases que encontramos em livros didáticos. Estes exemplos, questionáveis sob diversas formas de análise, servem, entretanto, para reafirmar a nossa ideia: apesar do relativo desconhecimento, a realidade latino-americana sempre esteve presente na cultura brasileira e ausente de maior aprofundamento em sua história e características nos países da América hispânica. Destaque-se que até a língua espanhola tem sido uma disciplina recorrente e na formação básica brasileira.

O que se pode observar, ao analisar livros didáticos e currículos escolares de países latino-americanos, é que não há, não houve e não haverá, pelo menos em curto prazo, ensino de português no ensino secundário latino-americano. Não há referências históricas constantes sobre a história brasileira na historiografia latino-americana e sobretudo, há um desconhecimento quase absoluto da história, geografia e cultura brasileiras em períodos que sucedem a colonização. O Brasil colonial é, muitas vezes, relegado a uma análise econômica de seus ciclos do ouro, extrativismo e cafeicultura, enquanto, que, nos períodos posteriores, há um destaque para processos populistas e ditatoriais, similares em vários locais da América hispânica. O artigo pretende investigar mais detidamente os dados que comprovam essa ideia e, posteriormente, avaliar alguns aspectos comparativos que envolvem imagens/imaginários em livros do ensino básico na América Latina e no Brasil.

A Evolução do ensino de história nos currículos latino-americanos.

O ensino de História, o ensino de História da América e as referências específicas ao Brasil fazem parte do processo de evolução dos currículos na América Latina. A revisão bibliográfica do tema indica que ele pode ser entendido como um processo semelhante que acompanhou a evolução política, econômica e social latino-americana dos últimos anos. A maior parte dos países latino-americanos, durante o século XX, enfrentou mudanças fundamentais na sua estrutura social e económica: a modernização da estrutura económica, a transferência de grandes contingentes populacionais do campo para a cidade, a implementação de políticas de alfabetização e a estruturação de programas educativos. Ao mesmo tempo, é comum a todos esses países, das décadas de 1930 a 1960, a estruturação de sistemas universitários modernos e a criação de faculdades de história e de educação, o que significou uma renovação dos estudos históricos que finalmente se refletiu em a renovação do currículo educacional. Durante o período posterior à Segunda Guerra Mundial e em plena Guerra Fria, a maioria dos países latino-americanos enfrentou ditaduras militares que influenciaram a construção dos conteúdos curriculares, situação que só mudou até o final da década de 1980 com o restabelecimento da democracia.

Do ponto de vista do ensino da História, nos currículos do ensino secundário os *slogans* patrióticos e nacionalistas dos anos de ditadura foram substituídos por abordagens relacionadas com a cultura democrática e civil que pretendiam reforçar o novo sistema político (Monte, 2016). O cenário se ampliou com a vinculação de tais abordagens com uma perspectiva neoliberal de educação, o que vai influenciar currículos e a legislação específica em tais países.

Reformas na década de 1990 e a educação por "competências"

Na década de 90, depois da crise da dívida dos anos 80, a maioria dos países da região adoptou o modelo neoliberal e, com ele, o paradigma do Estado na economia e nos restantes sectores da

sociedade. O novo paradigma apoiado por organismos multilaterais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e organizações dedicadas à cultura e à educação como a UNESCO e a Organização dos Estados Ibero-Americanos promoveu a reorganização da estrutura educacional de cada um dos países latino-americanos (Bellati, 2015). A nova abordagem envolveu o modelo construtivista do ponto de vista pedagógico ao mesmo tempo que procurou substituir a organização do currículo baseada em disciplinas, pela ideia de competências. Disciplinas como a História seriam integradas às Ciências Sociais e o seu espaço, em relação aos temas e ao número de horas do currículo, iria diminuir. Embora este processo de reforma curricular fosse comum à maioria dos países da região, a sua adoção foi desigual. Uma das características desta reforma curricular foi a diminuição dos recursos estatais para a educação e a imposição de padrões e exigências de competitividade que recaíram prioritariamente sobre os professores do sistema. As palavras de ordem deste modelo foram qualidade, equidade, inclusão e aprendizagem.

Contudo, circunstância político-econômica típica da década, a formação de blocos regionais, incluindo o Mercosul, promoveu a agregação de conteúdos que levaram em conta a cultura, a história e a importância dos novos parceiros comerciais. No caso dos países do Cone Sul, os países membros do Mercosul cumpriram tais diretrizes. Por um lado, os processos econômicos neoliberais reduziriam o peso das disciplinas humanísticas; por outro lado, estes mesmos processos tornaram necessária a incorporação de conteúdos relacionados aos novos parceiros comerciais. Um novo paradigma emergiu como consequência da crise do modelo neoliberal na América Latina e da chegada ao poder, quase simultaneamente, de governos de esquerda. Iniciou-se então uma reformulação dos currículos estabelecidos na década de 90. De acordo com a orientação política dos seus respectivos governos, novas propostas curriculares foram implementadas em alguns países. Outros seguiram as diretrizes das reformas da década de 90, entre eles México, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai (Arguello e Pla, 2022).

As características mais significativas destas novas abordagens críticas foram: a inclusão da história e do conhecimento das populações indígenas e afrodescendentes, a discussão sobre o colonialismo e o pensamento decolonial, a recuperação da posição ético-política em relação ao conhecimento histórico, o estímulo à o estudo e aplicação das ideias de autores da pedagogia crítica como Paulo Freire e autores com interpretações pedagógicas da Escola de Frankfurt (Arguello e Pla, 2022)

A aplicação dessas propostas não foi geral, nem homogênea, porque, como apontam Arguello e Pla (2022, p.12), nos mesmos países comprometidos com posições políticas de esquerda, havia uma mistura de paradigmas e procedimentos que combinavam as propostas das reformas dos anos 90 com novas ideias.

Ensinando história da América nos currículos do ensino básico do Cone Sul

Na Argentina, o sistema educacional argentino foi reformado em 1956, 1966 e 1970. Com a chegada da democracia em 1983, iniciou-se um processo de descentralização, concedendo autonomia às diferentes províncias e à Cidade Autônoma de Buenos Aires. O ensino de História no Ensino Secundário era ministrado entre um Ciclo Básico de 3 anos (dos 13 aos 15 anos) e um Ciclo Superior ou Bacharelado de 2 anos (18 e 17 anos). As horas dedicadas ao ensino de História eram em média de 3 a 4 horas semanais (Blas, et al., 1996).

A partir das reformas da década de 90, especificamente em 1994, o modelo federal foi aprofundado, mas com um CBC (Currículo Básico Comum). Foram estabelecidas quatro horas semanais para o ensino de História, iguais às demais disciplinas. Matemática com mais horas. Desde 1975, foi incluída uma seção sobre a história marítima argentina, especialmente no que diz respeito à reivindicação das Malvinas. Outro dos aspectos inovadores é o estudo dos blocos comerciais regionais e especiais do Mercosul (Blas e outros, 1996). O estudo da História da América antes e depois das reformas dos anos 90 e até à atualidade ocorre no segundo ano do Ensino Secundário (14 anos). Os conteúdos relativos à História da América ocuparam, aos 14 anos, 55% dos temas com 30% para História Moderna e 15% para História Argentina (Blas, et al., 1996)

Aos 16 anos, o período colonial foi novamente estudado e o percentual de temas de História Americana foi de 85% em relação à História Argentina, que foi de 15%. Aos 17 anos estudou-se a História Americana de 1810 e a História Argentina desse mesmo período. Os percentuais foram de 40% para o primeiro e 60% para o segundo (Blas e outros, 1996). Atualmente, e tomando referência ao livro do 2º ano do Ciclo Básico do Novo Ensino Secundário da Cidade Autónoma de Buenos Aires, o número de eixos temáticos que se referem à História da América é de 6 de um total de 12 que compõem o texto. Ou seja, continua a manter as proporções anteriores à reforma (Carabajal e outros, [201-])

O Chile é um dos países no qual o currículo baseado em competências foi aplicado de forma mais ortodoxa. A reforma de 1990 rege-se pela transversalidade de temas como sexologia, direitos humanos, ecologia. Existe uma disciplina de História, mas no último período é optativa. Nos conteúdos referentes especificamente à História segue-se o esquema história geral/história local/educação cívica. Seu currículo é bastante flexível. Dos países estudados, é o que menos faz referência à História da América antes e depois da reforma curricular.

Antes da reforma da década de 1990, a distribuição temática no sétimo ano da educação básica para os 12 anos de idade era de 4 grandes objetivos gerais para a História Universal, apenas 1 para a História da América e 5 blocos para a História do Chile (Blas e outros, 1996). Geografia e Ciências Sociais do sétimo ano analisado, dos 6 capítulos nenhum se refere, especificamente, à História da América. Dos 101 temas que compõem os 6 capítulos referidos, apenas 10 temas estão diretamente relacionados com a História da América. De um total de 352 páginas de texto, apenas 37 são dedicadas a temas americanos. Ou seja, apenas 10% do conteúdo se refere diretamente à América. (Rivera e Osório, 2007)

Em relação ao Uruguai, o currículo de 1985 foi reformado em 1991-93. Em relação à modalidade disciplinar, o caso uruguaio é de maior presença de disciplinas tradicionais, incluindo a História. Os últimos anos do ensino médio são diversificados em diversas áreas, inclusive história. A disciplina de História é vista como disciplina individual nos livros de História 1, 2 e 3, que correspondem aos três anos do Ciclo Básico do Ensino Secundário, também conhecidos como os três primeiros anos do ensino secundário. Esses anos normalmente cobrem alunos com aproximadamente 12 a 15 anos de idade.

Antes da reforma da década de 1990, aproximadamente 10 a 15% dos temas referiam-se à história americana, sendo a maior parte do conteúdo referente à história regional e universal (Blas e outros, 1996). Após as reformas, a situação melhora no que diz respeito aos estudos americanistas. O livro de História 1, para alunos de 12 anos, abrange desde a Pré-História até ao século XV. Dos 6 capítulos do livro, apenas 1 é dedicado à História da América (os temas abordados relacionados com questões americanas correspondem a 8% do texto), mas o livro de História 2, que corresponde aos séculos XV a XIX, contém 6 capítulos dos quais 3 tratam diretamente da História da América (Barbero e Artagaveytia, 2015). O livro de História 3, que abrange desde o século XIX até o presente, contém 3 capítulos dos quais 2 são dedicados a temas americanistas (Barbero e Artagaveytia, 2016). Uruguai, pela natureza disciplinar de seu currículo, concentra o maior número de temas de História e um aumento substancial de temas americanistas. Em uma das modalidades de ensino médio uruguaio, o Direito, existe um curso específico sobre a história da América e do Uruguai (Blas, González, Roca, Serviá, 1996).

No Paraguai houve um longo processo de reformas que começou em 1982 e terminou em 1994 e, portanto, com alguma influência das reformas do período. Apesar disso, e como no caso uruguaio, a abordagem disciplinar foi mantida. Antes da reforma, aproximadamente 30% dos temas das disciplinas de História focavam em temas americanos (Blas e outros, 1996). Para o Paraguai, a incorporação ao Mercosul é de extrema importância e isso se reflete em seu currículo, antes e após a reforma dos anos 90.

Embora não tenhamos obtido o livro didático utilizado pelos alunos da oitava série, conseguimos acessar as matrizes curriculares do Ministério da Educação do Paraguai. Eles mostram que naquele ano do ensino médio os alunos estudam, na mesma disciplina, componentes da história paraguaia e da história americana em proporções semelhantes, além de estudarem elementos da geografia paraguaia e americana, com destaque para a Bacia do Rio da Prata. (Ministério da Educação do Paraguai, [201-]).

O Brasil nos textos didáticos dos países do cone sul

A presença de temas e informações concretas e específicas sobre o Brasil nos textos do ensino médio dos países analisados é escassa e em alguns casos inexistente. A grande exceção nesse panorama de descaso é a Argentina, que dedica 6 páginas de um total de 214 de seu livro didático da oitava série a temas relacionados ao Brasil, ou seja, menos de 3% do total. O

Paraguai, que dedica grande espaço à história da América, dedica apenas um tópico à história brasileira: para enumerar os processos de independência política do século XIX. Nem mesmo um tema é desenvolvido sobre o Brasil por ocasião da Guerra da Tríplice Aliança.

O Uruguai, apesar das vicissitudes da sua adesão por pouco tempo a Portugal e ao Brasil, sucessivamente, também não desenvolve um tema particular referente ao Brasil ou a Portugal. Os três países mencionados fazem constantes referências mútuas devido às suas ligações históricas através da bacia do Rio da Prata e por pertencerem à mesma estrutura política (Vice-Reino do Rio da Prata). Contudo, o tema brasileiro é muito limitado.

O Chile é um caso particular neste esquema. Ensina poucos tópicos sobre História Americana e sem referências significativas a Portugal ou ao Brasil. É o país com maior conteúdo eurocêntrico dos quatro analisados. Observemos se essa tendência ocorre também, quando avaliamos livros didáticos e as imagens, no sentido lato, do imaginário às visualidades. Para que isso seja possível, vamos escolher dois casos emblemáticos: um livro do Chile e outro da Argentina.

O Brasil em livros didáticos e imagens do Chile e Argentina

Sabemos que em muitos países, o livro didático é, em muitos casos, o elemento instrucional mais próximo dos professores. Especialmente em países onde há distribuição gratuita de material didático e eles conseguem atingir escolas fora dos locais de formação mais centralizados, o livro didático chega a ser o único instrumento de apoio em conteúdo para professores. Como instrumento didático relevante, de significativa penetração em espaços educativos e alinhado às políticas públicas de ensino, o livro é, entretanto, mais do que um texto com conteúdo selecionado. Por sua complexidade como material formativo, os sentidos que carrega envolvem seu projeto editorial, a relação entre textos e imagens, as visualidades que apresentam (Capel, 2021:18). Para além do conteúdo adequado ao currículo, legibilidade apropriada ao público-alvo, o livro-didático deve apresentar, além de tudo, uma montagem adequada aos objetivos da aprendizagem e que envolvem a subdivisão da obra em partes como textos, boxes, resumo, glossário, bibliografia, atividades e exercícios, dentre outros elementos (Munakata, 1997: 100). Observemos, portanto, de que maneira, o tema História do Brasil é apresentado em dois livros, um chileno e outro argentino.

O livro *Historia del Mundo*, de Carla Andrea Rivera Aravena e Javier Patrício Osório Fernandez advém do projeto *Manual Esencial Santillana* para o ensino médio e foi publicado em 2007 no Chile. Sintetiza os conteúdos da educação para o nível médio e, ainda, propõe ser um material de apoio para o primeiro ano universitário. Portanto, em seu conteúdo, carrega o que considera fundamental para o estudo de um sistema-mundo que advém de uma determinada concepção de história e do lugar dos latino-americanos e brasileiros no mundo. Em uma concepção fundamentalmente europeia e linear, a história latino-americana aparece no contexto da expansão marítima, depois das independências e sua posição no início do século XX. Dá um

ISSN: 2718-8310

particular destaque ao item sobre populismos, processos ditatoriais e democracias na América Latina. Em todos esses itens, o Brasil praticamente não aparece, a não ser em processos muito gerais e de forma ligeira. O maior destaque está no item que trata dos populismos e democracias na América Latina. O Brasil aparece, em um parágrafo, em espaço menor do que a Argentina, com um texto sobre o Governo Vargas. O parágrafo não é ilustrado e apresenta o Governo Vargas como um governo que guardava semelhanças com o fascismo europeu. Embora tenha essa característica, admite, no mesmo texto, que contribuiu para a ampliação do voto e adotou medidas que beneficiaram a classe trabalhadora. Com essas afirmações, aparentemente contraditórias, isso é o mais substancial que se pode ler no livro chileno sobre o Brasil. Se observarmos a página como uma mancha gráfica, a parte sobre o Brasil é a menor e não contém apoios em imagens, como o que ocorre com o conteúdo associado à Argentina. As imagens estão vinculadas ao processo argentino e, em especial, a imagem do final da página (Figura 1), em um local considerado privilegiado pelos estudos do design (White, 2006).



Ejemplos de populismo

- **Brasil.** El régimen populista estuvo liderado por **Getulio Vargas**. En 1930 llegó al gobierno mediante un golpe de Estado; no obstante, en 1934 fue electo presidente constitucional. En 1937, fundó el **Estado Novo** que tenía semejanzas con los fascismos europeos. Prohibió las organizaciones políticas y disolvió el Congreso. Vargas desarrolló una política industrializadora y de modernización del Estado. Amplió el sufragio, estableció el voto secreto y adoptó medidas que beneficiaron a la clase obrera. Pese a contar con el apoyo de los sindicatos y los sectores medios, un golpe militar lo derrocó en 1945.
- **Argentina.** El populismo estuvo encarnado en **Juan Domingo Perón,** quien saltó a la escena pública al formar parte de un golpe militar en 1943. Fue Secretario del Trabajo y Ministro de Guerra del gobierno militar, lo que le permitió estrechar lazos con el mundo castrense y con los trabajadores. En 1946 fue electo presidente con el apoyo de la Confederación General del Trabajo (CGT) y de los industriales. Desde el gobierno, Perón fue definiendo lo que denominó como **"justicialismo"**: independencia económica, justicia social y soberanía política. Impulsó la industrialización, nacionalizó recursos básicos y aumentó el gasto estatal en vivienda, educación y salud. También desarrolló una amplia política asistencial a través de la **Fundación Eva Perón,** dirigida por su carismática esposa. En 1952, Perón anunció un plan económico, basado en la apertura al capital extranjero, el apoyo a la producción agropecuaria y el control de las demandas salariales, lo que marcó un giro en su política y una nueva relación con los trabajadores y empresarios. Esto coincidió con un endurecimiento del régimen, que generó críticas en la oposición política, el Ejército y la Iglesia católica. En 1955, Perón fue derrocado por un movimiento civil y militar.

Eva Duarte de Perón fue una figura clave del gobierno de Perón. En Argentina se señalaba que "Perón cumple, Evita dignifica".

Marcha peronista.

252

Figura 1 Livro História del Mundo (2007, p. 252). Observar localização de conteúdos em seus espaços na página.

Nos itens que tratam dos processos ditatoriais na América Latina na segunda metade do século XX e seus processos de redemocratização a partir de algumas décadas depois, o Brasil aparece em quadros, com uma linha de informação. Nos textos, manchas gráficas mais importantes da página, processos como o da Argentina, Uruguai e Chile são explicados, mas ao Brasil só resta uma linha que informa o ano de 1985 como o início do Governo de Tancredo Neves (Figura 2).

ISSN: 2718-8310

Luchas por la democracia

En la década de los 80, los gobiernos militares debieron enfrentar problemas sociales como el desempleo y el empobrecimiento de amplios sectores de la población. Este malestar social se sumó al descontento político, permitiendo la rearticulación de fuerzas de oposición a las dictaduras. Las fábricas, iglesias, barrios y universidades se constituyeron en espacios donde hombres y mujeres comenzaron a organizarse en defensa de sus derechos y a favor de la recuperación de la democracia. Estas movilizaciones encontraron eco en organismos internacionales, que presionaban para que volviera a reinar el Estado de derecho en la región.


En 1981, el general Galtieri envió a nueve mil soldados a ocupar las islas Malvinas, que estaban bajo administración británica. La guerra fue un desastre para Argentina, que se rindió luego de 10 semanas, dejando cientos de muertos, especialmente jóvenes soldados argentinos.

En **Argentina,** la CGT organizó dos paralizaciones generales (1979 y 1981) y en marzo de 1982 convocó a una movilización en la Plaza de Mayo, que fue duramente reprimida. A las movilizaciones de los trabajadores se sumaron las de los familiares de las víctimas de la represión, las **Madres de la Plaza de Mayo.** Tras la derrota en la Guerra de las Malvinas, las manifestaciones aumentaron, realizándose paros y protestas barriales. La junta militar cayó en 1983, restaurándose la democracia en diciembre de ese año.

El gobierno democrático de **Raúl Alfonsín** determinó la importancia de aclarar los hechos ocurridos durante los gobiernos militares. Se formó la Comisión Nacional sobre Desaparición de Personas (CONADEP), que elaboró el informe *Nunca Más,* donde se documentaron miles de violaciones a los DD HH, entre ellas, cerca de 9.000 desaparecidos. En 1985, se realizó un juicio contra los integrantes de las juntas militares, que determinó sanciones para los responsables. No obstante, en 1990, el gobierno de **Carlos Menem** aprobó una amnistía que dejó en libertad a los inculpados. En 2006, distintos jueces argentinos declararon ilegal este indulto, reabriendo juicios contra miembros de las juntas militares por casos de DD HH.



País	Redemocratización/ Presidente
Argentina	1983-1989. Raúl Alfonsin.
Bolivia	1982-1985. Hernán Siles Suazo.
Brasil	1985. Tancredo Neves.
Chile	1990-1994. Patricio Aylwin.
Guatemala	1986-1990. Vinicio Cerezo.
Perú	1980-1985. Fernando Belaúnde Terry.
Uruguay	1985-1990. Julio María Sanguinetti.



Figura 2 Livro História del Mundo (2007, p.309). Observar manchas gráficas e suas escolhas temáticas, com pouco destaque ao tema "Brasil".

A editora do livro pertence ao Projeto Missão Essencial Santillana, que culmina, atualmente, na proposta da Fundação Educacional Santillana[1]. A instituição se (auto)define como uma "referência em produção de recursos e materiais didáticos para a América Latina, desde o ano de 1960". Se em 2007, a adoção dos princípios de transversalidade da Reforma de 1990 ainda

[1] Ver detalhes da Fundação em seu site institucional https://santillana.com/es/nuestra-historia/

não se fazia presente no livro, é possível dizer que a adoção de uma história europeia vinculada aos temas neoliberais já se faz notar. Pautas mais críticas como discussões sobre a identidade latino-americana, pensamento decolonial, dentre outras, estão ausentes no livro.

No livro chileno é possível perceber que, embora os itens sobre a América Latina sejam detalhados para os países do Cone Sul, à exceção do tema sobre populismo, há ausências, ou, no máximo, uma breve menção ao caso brasileiro, quando há alguma referência ao tema. O populismo, entretanto, só é tratado em um parágrafo, reservando-se um espaço maior para explicações de outros casos, como o da Argentina. Pode-se dizer, sem dúvida, que o livro não reservou espaço, textual ou imagético para a história brasileira, tratando-a em bloco quando havia a necessidade de explicar processos econômicos, como os ciclos exportadores no período colonial e pós-colonial, ou mesmo, nos períodos ditatoriais posteriores que se manifestaram nas décadas de 1930 e 1964 ou momentos de redemocratização a partir da década de 1980. Todavia, quando aparecem, os fatos não são explorados e são mencionados em uma linha, em sua maioria, à exceção do parágrafo relatado sobre o Estado Novo.

Vamos observar, agora, um livro argentino mais recente, de 2015, elaborado para a Educação Básica. É o livro História 2, da Coleção *Nuevas Miradas*, Editora Tinta Fresca. Coordenado por Mariana Alcobre, o livro é uma obra coletiva, escrita por Carlos Carabelli, Damián Dolcera, Leandro Lacquaniti, Malena Nigro e Wanda Wechsler. Com uma mirada diferente do livro anterior, a capa e o sumário de História 2 já apresentam a obra como um livro que trata da Europa, mas a partir da perspectiva latino-americana. Diferente da capa do livro chileno que trazia um conjunto de quadros da arte e processos históricos europeus, o livro argentino dá especial destaque à uma imagem de indígenas e a coloca em perspectiva com uma pintura de um processo revolucionário europeu. A referência indígena está em um detalhe de um óleo sobre tela da Escola Cusquenha (século XVIII) que apresenta uma genealogia dos incas e as tentativas de vincular a imagem dos indígenas aos monarcas espanhóis. Nessa genealogia, os governantes incas aparecem desde Manco Capac, o primeiro rei inca, a Ferdinando VI, de Espanha (c.1750).



REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...

ISSN: 2718-8310

SERIE NUEVAS MIRADAS

Historia

América y Europa (siglos XV a XVIII)

2

tintafresca

Figura 3 História 2, 2015, capa. Observar as imagens da capa, sua localização e correlação com os temas, aqui bem diferentes dos livros apresentados anteriormente.


REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310



Figura 4 Genealogia dos Incas, Escola Cusquenha (século XVII)

A imagem dos indígenas se apresenta em local privilegiado na capa e em uma ordem que obedece ao modo de leitura ocidental, da esquerda para a direita e de cima para baixo. Ou seja, é o local de maior visibilidade e que indica a que veio o livro: falar da história da Europa em perspectiva latino-americana, trazendo elementos dos processos colonizadores que impactaram sua história. Em seu primeiro capítulo, os autores se utilizam da historiografia francesa para evidenciar os processos de construção historiográfica e para defender a posição de que a história presente não é um efeito inevitável do passado e que se deve pensar os processos históricos como possibilidades abertas, em devir, algo que envolve uma discussão minuciosa das fontes, além de uma análise complexa e interdisciplinar (Dolcera e outros, 2015: 7 a 14).

Ao apresentar conteúdo do século XV ao XVII, o Brasil é mencionado 92 vezes em diversos processos históricos durante o período colonial. Comparece na apresentação da empresa colonizadora, sua estrutura econômica, social e política. Há destaques sobre os processos de escravidão e mestiçagem, dentre outros temas que são importantes para a história brasileira. Ao observar a disposição desses conteúdos no livro, é possível perceber que estão mais bem explicados, e, há, uma tentativa, de utilizar as mesmas âncoras imagéticas comuns em livros didáticos brasileiros para tratar de alguns temas, como a escravidão. Nas páginas 121 e 122 do livro, é possível visualizar dois trabalhos executados por J.B.Debret (1768-1848). Debret foi pintor, desenhista e professor francês, integrante da Missão Artística Francesa que fundou, anos

depois, a Academia Imperial de Belas Artes. Suas obras são bastante citadas em livros didáticos brasileiros e hoje, reivindicadas para se debater o racismo estrutural.

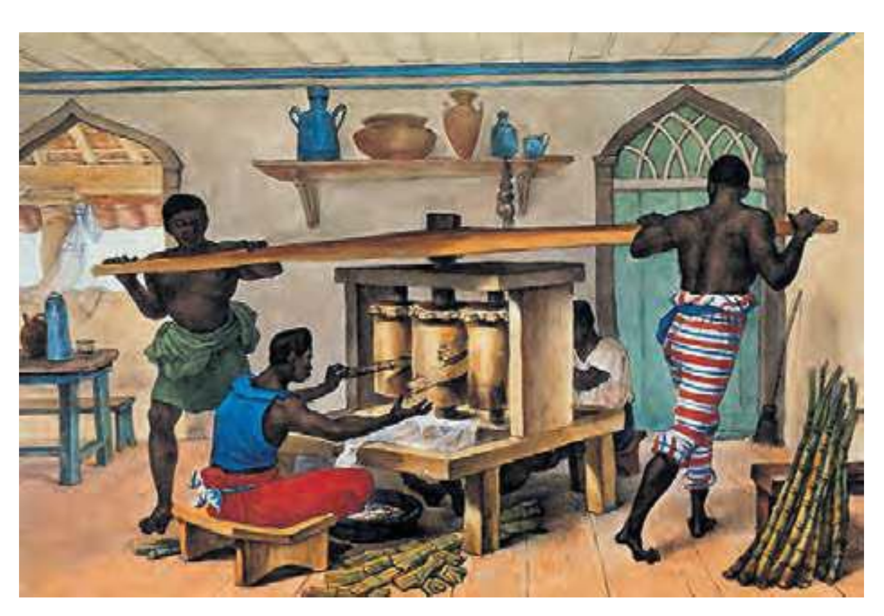


Figura 5 J.B. Debret. Pequeno Moinho de Açúcar.



Figura 6 J.B. Debret. O Jantar. (Viagem, prancha 55)

ISSN: 2718-8310

Em que pesem as ressignificações contemporâneas dessas obras, como a série “atualizações traumáticas de Debret”, de Gê Viana, na qual a artista faz uma colagem digital com uma família negra completamente modificada (Figura 7), é necessário observar que as obras de Jean-Baptiste Debret pautaram iconograficamente o período colonial no Brasil e os autores do livro didático foram sensíveis ao movimento.



Figura 7 Gê Viana; Sentem para jantar, 2021; série Atualização traumática de Debret; impressão em jato de tinta com pigmento natural de colagem digital sobre papel Hahnemuhle Photo Rag 308 g/m2; 29,7 x 42 cm; tiragem 100 + 7 PA

Pautas identitárias que conformaram práticas racistas na sociedade brasileira, foram, portanto, evidenciadas no livro, que discute, ainda, em texto, a defendida vocação mestiça do Brasil a partir das ideias de Gilberto Freire em Casa Grande e Senzala (Dolcera e outros, 2015: 128). Como apontaram a tendência, Arguello e Pla (2022) reconheceram a perspectiva de abordagens mais críticas, passíveis de serem visualizadas no material argentino. Destaque-se, ainda a discussão sobre as populações indígenas no material e um capítulo inteiro para tratar da identidade latino-americana. Nele, estão presentes desde a apresentação dos saberes originários, como questões sociais que envolvem a luta pela terra e a educação intercultural. Interessante observar que até mesmo, indígenas brasileiros são citados na análise. Em uma imagem na página 230 que compõe o capítulo, aparece a foto de um indígena Kayapó como integrante do estado brasileiro.

Portanto, apesar de terem passado por um período de mudanças importantes em sua estrutura curricular, a maioria dos países do Cone Sul manteve conteúdos relacionados à História como

parte fundamental do ensino de Ciências Sociais. Pode-se dizer que as reformas dos anos noventa tiveram uma influência curricular modesta e talvez um impacto muito maior na diminuição de recursos e na descentralização das políticas educativas. Ao mesmo tempo, os conteúdos de História Americana continuaram a ser uma parte importante dos temas lecionados, confirmando a consciência e a identificação de um passado comum e de uma comunidade cultural atual.

O Brasil continua a ser, como já apontamos, uma grande incógnita em termos de sua história e cultura na maioria da documentação levantada. Todavia, o crescimento das relações comerciais, políticas e culturais entre os países da América Latina e a disseminação e desenvolvimento de perspectivas teóricas que valorizam o conhecimento Sul-Sul, tendem a contribuir para reforçar a necessidade de estudar e compreender cada um dos países vizinhos com mais equilíbrio, focando em origens compartilhadas, processos históricos que se desenvolvem a partir de suas similaridades e diferenças, além das pautas políticas, econômicas e sociais que evidenciam desafios comuns, independente das barreiras linguísticas e culturais.

Referências

Aravena, C. & Fernandez, J. (2007). Historia del Mundo. Santillana del Pacífico S.A.: Santiago (Chile).

Argüello, D.; PLÁ, S. (2024) Currículum, pensamiento crítico y conocimiento social en el bachillerato latinoamericano. Linguagens, Educação e Sociedade, *[S. l.]*, v. 25, n. 49, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/2750. Acesso em: 05 jan. 2024.

Artagaveytia, L; Barbero, C. (2015). Historia 2: Mundo, América y Uruguay (siglo XV al XIX) Montevideo: Santillana.

Artagaveytia, L; Barbero, C. (2016). Historia 3: Mundo, América y Uruguay (1850 2010). Montevideo: Santillana.

Bellati, I. (2015). América en las aulas Em: DALLA-CORTE, G PIQUERAS, R, TOUS, M. Construcción social y poder en las Américas. Barcelona: Universitat de Barcelona.

Blas, P; González, M; Roca E; Serviá, M. (1996). Los planes y programas para la enseñanza de la Historia en Iberoamérica en el nivel medio. Madrid: Organización de Estado Iberoamericanos.

Capel, Heloisa S. F. (2021)Visualidades no Livro Didático: composição e montagem. In. CAIXETA, V.L & BRINGEL, E.L.B. Fazer e Ensinar História(s). São Paulo: Ed. BookBee, p.18-27.

Carabajal B; Vissani, V; Sagol, C; Et Al. [201-] Historia 2. América y Europa entre los siglos XIV y XVIII. Buenos Aires: Santillana.

Dolcera, D.; Carabelli, C.; Lacquaniti, L.; Nigro, M.; Weschsler, W. (2015). Historia 2. America y Europa (siglos XV a XVIII). Buenos Aires: Tinta Fresca.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN DE CHILE. 2016. Historia, Geografía y Ciencias Sociales 2. Santiago de Chile: Ministerio de Educación.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN DE PARAGUAY [201-] Programa de Estudio. Área de Geografía e Historia. 9no. Grado. Asunción: Ministerio de Educación.

Monte, M. (2016). La enseñanza de la historia durante las dictaduras militares en el Paraguay. Revista Internacional de Apoyo a la Inclusión, Logopedia, Sociedad y Multiculturalidad. Vol. 2, Num. 4, Octubre 2016. Disponível em http://riai.jimdo.com/ Acesso em: 12 dez. 2023.

Munakata, K. (1997). Produzindo Livros Didáticos e Paradidáticos. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica.

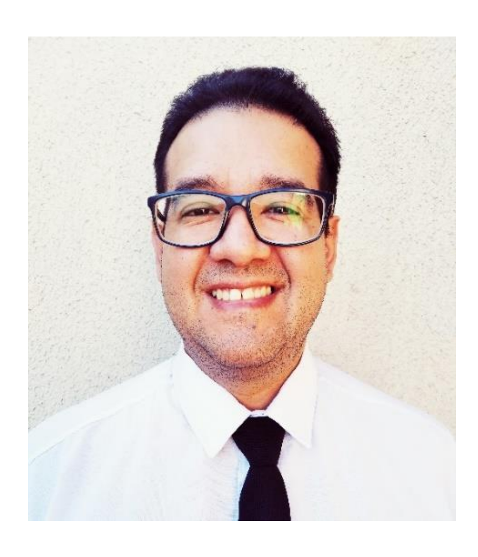
White, J. V. (2006) Edição e Design. Para Designers, Diretores de Arte e Editores. São Paulo: JSN Editora.

Rivera, C; Osorio, J. (2007) Historia del Mundo. Santiago de Chile: Santillana


REVISTA DIVERSIDAD DE LAS CULTURAS
Ciencias Sociales, Artes, Humanidades
Argentina... Brasil... Latinoamérica toda...
ISSN: 2718-8310



Dra. Heloisa Selma Fernandes Capel
Doutora em Educação/ UNESP. Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás/ Brasil. Pesquisadora CNPq. Membro do CBHA. Coordenadora do Grupo de Estudos de História e Imagem (GEHIM).



Dr. Juan Carlos Contreras
Doutor em História/UFG. Pesquisador do Grupo de Investigaciones sobre Historiografía de Venezuela da ULA. Foi Professor de História de América na Universidad Pedagógica Experimental Libertador e História Contemporánea na Universidad de Carabobo (Venezuela).